

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Manter a greve e preparar um grande ato para 3/9, o dia da reunião com o Cruesp

Mobilização pelo reajuste salarial e contra o desmonte das universidades estaduais paulistas

Os desdobramentos da crise na USP, onde o reitor Marco Antonio Zago trouxe a público um conjunto de propostas de cunho privatizante, como um plano de 2.800 demissões “voluntárias” de servidores técnico-administrativos, redução de jornada com redução salarial, entrega do Hospital Universitário (HU) à Secretaria Estadual de Saúde; autarquia do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC ou “Centrinho”), entre outros, colocaram o movimento num novo patamar. Na reunião realizada pelo Fórum das Seis nesta quinta-feira, 21/8/2014, foi consensual a avaliação de que os fatos da USP sinalizam um projeto político de desmonte das universidades públicas paulistas. Se aprovadas e viabilizadas na USP, tais propostas certamente terão seus desdobramentos na Unesp e na Unicamp.

O que se vê nas três universidades são saídas para contornar uma crise cuja responsabilidade é dos próprios reitores, especialmente por terem aceito uma expansão acelerada nos últimos anos, de caráter eleitoreiro, sem

quaisquer garantias de recursos perenes.

Frente a este cenário, que se soma à intransigência do Cruesp em negociar efetivamente com o Fórum das Seis, a reunião fez os seguintes indicativos:

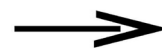
- Manutenção da greve;

- 3/9: Realização de um ato estadual unificado em São Paulo, para acompanhar a reunião entre Fórum das Seis e Cruesp, agendada para esta data;

- 27/8: Participação na audiência pública marcada pela Comissão de Educação e Cultura, na Assembleia Legislativa, às 14h30, no auditório Franco Montoro, para a qual está convocado o reitor da USP, Marco Antonio Zago. Ele deverá falar sobre a “situação do campus USP Leste, as providências adotadas, a situação orçamentária e o corte no orçamento daquela Universidade”. As entidades da USP (Adusp, Sintusp e DCE) esperam uma presença expressiva de professores, servidores e estudantes na audiência. Demais categorias estão convidadas a comparecer e a fortalecer a atividade;

- 27/8: Após a audiência pública, o Fórum das Seis volta a se reunir para avaliar os fatos e preparar o ato de 3/9;

- 2/9: O Comando de Mobilização dos Docentes da USP está organizando o “SOS-USP – Em defesa da Universidade Pública”, um ato de massa com a presença de intelectuais, parlamentares e entidades sindicais e da sociedade civil. Mais detalhes em breve.



14/8: A luta por mais recursos ganhou as ruas

Mais verbas para as universidades

Fórum das Seis aguarda nova reunião na CFOP

Após participar da reunião na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Assembleia Legislativa, em 13/8, agendada por seu presidente, deputado Mauro Bragato, com a finalidade de debater e buscar soluções para as universidades estaduais paulistas, o Fórum das Seis aguarda que um novo encontro seja marcado. Naquela ocasião, embora convidados, os reitores não compareceram.

Os representantes do Fórum entregaram à CFOP um conjunto de propostas – emergenciais, em médio e em longo prazo – de solução para a crise de financiamento nas universidades estaduais. No dia 14/8, as mesmas propostas foram entregues à Casa Civil do governo do Estado, durante a passeata que reuniu cerca de 2.500 pessoas.

As propostas do Fórum das Seis

Em nível emergencial

1. Cessação do desconto do montante de recursos para políticas de Habitação da base de cálculo do repasse às

universidades estaduais, retroativo a julho/2014;

2. Aporte emergencial de adicionais 0,7% da QPE do ICMS para as universidades estaduais, a serem depositados no início de outubro de 2014;

3. Inclusão na Lei Orçamentária Anual (LOA-2015) de liberações mensais adicionais de 0,7% da QPE do ICMS aos 9,57% que constam na LDO-2015, calculados sobre a mesma base de cálculo corrente, excluído o desconto da Habitação.

Médio prazo e longo prazos

Compromisso do governo do Estado de incluir na LDO-2016 as seguintes determinações:

1. O Estado aplicará em 2016, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, no mínimo trinta e três por cento (33%) da receita resultante de impostos, incluindo os recursos provenientes de transferências;

2. Modificação do Artigo 4º da LDO-2016, de forma a contemplar no mínimo 10% do total do produto do ICMS (QPE) e das transferências devidas à Lei Kandir.

TRT nega liminar pedida pela reitoria da USP contra a greve dos funcionários

A reitoria da USP ingressou no Tribunal Regional do Trabalho (TRT/SP), no dia 19/8, com um pedido liminar contra a greve dos servidores técnico-administrativos. A liminar seria concedida “nos moldes do artigo 461, §3º do Código de Processo Penal (CPC), de aplicação subsidiária ao processo de trabalho, para determinar a suspensão da greve e retorno imediato dos empregados aos seus postos de trabalho”, com a finalidade alegada de evitar o “trancaço, com a paralisação total das atividades da USP, capital e interior”.

Na ação principal, que continua tramitando, a USP pede que sejam declaradas a “ilegalidade e abusividade” da greve, bem como seja adotada “multa diária de 100 mil reais por unidade universitária, que deverá ser arcada pelo Sintusp caso descumpra a decisão proferida”.

Ouvidas as partes, em audiência de conciliação realizada na tarde do dia 20/8, a desembargadora Rilma Hemetério negou o pedido de liminar, afirmando que “a questão relativa a serviços inadiáveis e essenciais abrangida no presente feito é aquela atinente aos Hospitais Universitários” e que “o próprio Suscitante (a USP) reconhece a inocorrência de greve de trabalhadores exercentes das funções de médico”, sendo que, no tocante ao serviço prestado pelos demais trabalhadores do HU, está sendo cumprido o percentual de 31% acordado entre a Reitoria e o Sintusp “para socorrer as necessidades do Hospital”.

A representante do Ministério Público do Trabalho

(MPT), procuradora Silvana Valladares de Oliveira, também foi contrária ao deferimento da liminar pedida pela reitoria da USP. Ela pressionou a reitoria pela abertura de negociações: “tendo em vista o longo lapso temporal da greve e a necessidade de solução do conflito coletivo, de forma que as aulas voltem a ocorrer e os trabalhadores sejam ouvidos em suas reivindicações, conclama as partes à negociação coletiva e sugere que o Reitor da Universidade apresente o orçamento e demais documentos que possam auxiliar na busca de uma solução negociada para o atual impasse”.

USP e Sintusp aceitaram a proposta da desembargadora para negociarem junto ao Núcleo de Conciliação de Coletivos (NCC), “até que se esgotem as possibilidades de solução amigável do feito”. Assim, ficou agendada reunião entre as partes no NCC para o dia 27/8/2014, quarta-feira, às 13 horas.

Repúdio à ação policial

O Fórum das Seis repudia as ações violentas da Polícia Militar contra os servidores da USP, que se manifestavam pacificamente nesta quarta-feira, 20/8. Chamada pela reitoria da USP, a Tropa de Choque agiu com violência, agredindo os manifestantes com bombas de gás e balas de borracha.

O Fórum das Seis condena estes fatos e insta a reitoria da USP a trocar suas ações intimidatórias e repressivas por efetivo diálogo com a comunidade.